



Mãe de garoto desaparecido aos 18 anos, em junho de 2003, após ser abordado por policiais militares: corpo foi encontrado dois dias depois, em mata de Senador Canedo (GO), e até hoje ninguém foi sequer indiciado

Extermínio sem investigação

» RENATO ALVES

Técnicos da Polícia Civil goiana trabalham na identificação de 80 ossadas esquecidas há até 10 anos no Instituto Médico Legal (IML) de Goiânia. Com a mesma finalidade, os restos mortais de outras 500 pessoas enterradas como indigentes devem ser retirados de cemitérios do estado neste ano. Suspeita-se que algumas façam parte da lista de desaparecidos em Goiás após abordagem da Polícia Militar.

A iniciativa partiu da **Comissão de Defesa da Cidadania**, criada pelo governo de Goiás em 1º de março, após a **Polícia Federal** prender 19 PMs goianos acusados, entre outros crimes, de integrar um **grupo de extermínio**. Além da necessidade de identificar as ossadas, a comissão apresentou uma série de falhas (veja quadro) do Estado na apuração dos casos de desaparecidos após contato com militares.

No relatório concluído após três meses de reuniões e entregue ao secretário de Segurança Pública de Goiás, João Furtado Neto, a comissão mostrou que a Polícia Civil ignorou a maioria dos 37 casos de desaparecimentos forçados e investigados pelo grupo. Em quatro deles, sequer houve um inquérito, dois não passaram do boletim de ocorrência e 15 se arrastam ou estão parados há anos em alguma delegacia.

Há casos em que nem a mãe da vítima foi ouvida pela polícia, segundo a superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública de Goiás e presidente da Comissão de Defesa da Cidadania, a delegada Adriana Accorsi. “Houve uma falha generalizada dos órgãos de segurança, primeiro, em localizar os desaparecidos, e segundo, em punir os responsáveis”, afirmou ela.

Diferentemente do que diziam os militares acusados de serem autores dos sumiços e das prováveis execuções, 13 dos 37 desaparecidos não tinham ficha criminal. Os integrantes da comissão também afirmam haver provas materiais e testemunhas suficientes para apontar participação de militares na maioria dos sumiços.

Carbonizados

Adriana Accorsi afirma haver indícios de que dois dos 37 desaparecidos estejam entre as 80 ossadas encaminhadas ao IML sem identificação. “Ainda é preciso fazer exames genéticos para confirmar a identidade. Desconfiamos que muitas dessas ossadas sejam

Representantes

A Comissão de Defesa da Cidadania é formada por integrantes das polícias Civil e Militar, de igrejas, da maçonaria, da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB-GO), do Instituto de Criminalística, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás e do Ministério Público estadual.

Não matarás

A Polícia Federal desencadeou a Operação Sexto Mandamento — referência ao decálogo bíblico, cujo sexto mandamento é “não matarás” — em 15 de fevereiro, quando 19 PMs goianos acabaram presos por supostamente participarem de um esquadrão da morte. Entre eles, o tenente-coronel Ricardo Rocha e o subcomandante-geral da PM goiana, coronel Carlos Cézar Macário.

Rotam

Dos 19 PMs presos, boa parte integrou as Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam) de 2003 a 2005, período em que a Polícia Militar mais matou em Goiânia. De 6 de março de 2003 a 15 de maio de 2005, foram registrados 117 homicídios na capital do estado cuja autoria é atribuída a PMs, a maioria da Rotam. Das 117 vítimas, 57 (48,7%) não tinham ficha criminal. Outras 60 (51,3%) eram foragidas da Justiça ou acusadas de algum crime.

de vítimas de queima de arquivo porque estavam queimadas, carbonizadas”, observou a delegada.

Quando instalada, a comissão começou a trabalhar com 20 casos de desaparecidos cadastrados pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás. Mas, com a operação da PF e a prisão dos PMs, familiares de vítimas se sentiram seguros para denunciar outros sumiços, chegando a 37. Agora, outros 10 casos aguardam investigação.

Adriana Accorsi explicou que esses últimos casos ficaram fora da investigação da comissão porque havia um prazo para a conclusão do relatório. “Mas vamos apurar essas e todas as outras denúncias que vierem, pois a intenção do Governo de Goiás é criar o Comitê de Combate à Tortura e à Violência”, comentou a delegada.

Especializada

Além de investigar os 37 desaparecimentos e apontar as falhas das investigações que deveriam ter sido realizadas pelas polícias Civil e Militar, a Comissão de Defesa da Cidadania apontou 50 propostas para frear a matança promovida por agentes do Estado. Todas estão no documento entregue ao secretário de Segurança.

Entre elas, destaca-se a criação da Delegacia do Desaparecido em Goiás, pois o estado não tem uma unidade especializada para investigar esse tipo de ocorrência. “Com a delegacia, não teremos esse cenário, porque o caso será investigado de imediato logo após a queixa da família”, acredita Accorsi.

No relatório final, a comissão também sugeriu o reconhecimento do Estado sobre a responsabilidade pelos desaparecimentos, o pagamento de indenizações e a assistência psicossocial às famílias, além do compromisso na continuidade das investigações e de busca aos corpos. Por meio de sua assessoria de comunicação, o secretário de Segurança Pública limitou-se a dizer que só vai se pronunciar sobre o documento, suas denúncias e sugestões após ler todo o relatório, o que não há prazo para ocorrer.

Apesar dos três meses de reuniões e buscas até por supostos cemitérios clandestinos, a comissão criada pelo governo estadual não esclareceu os principais pontos que motivaram a sua criação. Nenhum familiar dos 37 desaparecidos ainda sabe, por exemplo, o que ocorreu com eles, se há algum sobrevivente ou onde estão os corpos. Pior: haveria punição aos autores dos crimes?

Conclusões

A Comissão de Defesa da Cidadania concluiu que as polícias foram negligentes nas investigações de 37 casos de desaparecimentos em Goiás após abordagem policial.

» Sequer houve inquérito em quatro casos;

» Quinze estão parados em delegacias;

» Dez acabaram arquivados por falta de materialidade do crime (o corpo da vítima nunca foi encontrado);

» Seis tramitam na Justiça;

» Dois não passaram do boletim de ocorrência.

Memória



Dois anos de denúncia

O *Correio Braziliense* iniciou, em 11 de maio de 2009, uma série de reportagens sobre a ação de grupos de extermínio no Entorno do Distrito Federal. As primeiras matérias denunciavam a responsabilidade de policiais militares em pelo menos 20% dos homicídios registrados em Formosa, município goiano distante 70km de Brasília. Em 2008, os PMs admitiram ter tirado a vida de 10 das 48 pessoas assassinadas. Outros cinco casos ocorreram no segundo semestre de 2007. Na maioria dos registros, os militares alegaram confrontos com bandidos armados. Mas grande parte das vítimas não respondia por delitos graves e morreu com ao menos um tiro na cabeça. Em quase nenhuma suposta troca de tiros houve moradores como testemunhas.

O aumento no número de mortes no município com a chegada do major Ricardo Rocha Batista ao batalhão de Formosa,

em 2007, chamou a atenção do Ministério Público Goiano (MPGO) e da Polícia Civil, que abriram investigações sigilosas na capital do estado. Antes de Formosa, o major esteve em Rio Verde (GO), onde é acusado de executar cinco condenados que haviam fugido da cadeia e de matar com cinco tiros um homem desarmado.

Há um ano e meio, a Polícia Federal de Goiás começou a apurar cerca de 50 mortes ocorridas em confrontos com a Polícia Militar em Goiânia e no Entorno de Brasília. Em 15 de fevereiro de 2011, policiais federais prenderam 19 PMs acusados de integrar um esquadrão da morte. Todos responderão pelos crimes de homicídio qualificado em atividades típicas de grupo de extermínio, formação de quadrilha, tortura qualificada, tráfico de influência, falso testemunho, ocultação de cadáver e ameaças.

Confrontos forjados

Até a Operação Sexto Mandamento ser deflagrada, órgãos de defesa dos direitos humanos contavam 20 desaparecidos após contato com PMs, apenas na região metropolitana de Goiânia. Em pouco mais de dois meses, surgiram os outros 17 casos. Em todos, comprovadamente, as vítimas foram vistas com vida pela última vez em uma abordagem da Polícia Militar.

Além dos 37 desaparecidos, mais 300 pessoas morreram, oficialmente, em confrontos com alguns dos policiais militares presos e com outros fora do inquérito da Polícia Federal, nos últimos 10 anos. Para a PF e o Ministério Público de Goiás (MPGO), há fortes indícios de fraude nas supostas trocas de tiros. Na maioria delas, laudos do IML mostram sinais de tortura e execuções, como tiro na nuca da vítima.

Para se ter uma ideia do quanto a PM goiana mata, 9% dos assassinatos ocorridos em Goiânia nos últimos sete anos ocorreram em supostos confrontos entre policiais militares e bandidos. Nesse período, foram registrados 2.429 homicídios na cidade, sendo 224 em alegadas trocas de tiros de PMs com suspeitos. Os dados são da Delegacia de Investigações de Homicídios de Goiânia. No Distrito Federal, por exemplo, militares não respondem nem a 1% dos assassinatos.

Entorno

A matança teve início nos anos 2000, no interior de Goiás. Casos que se alastraram por oito cidades, incluindo Formosa, no Entorno do DF. No município distante 70km de Brasília, PMs admitem ter tirado a vida de 10 das 48 pessoas assassinadas em 2008. Outros cinco casos ocorreram no segundo semestre de 2007.

Ao tomar conhecimento da sequência de mortes em Formosa, o *Correio* passou a denunciar, em maio de 2009, a ação de um grupo de extermínio no Entorno. Em maio último, por meio da série de reportagem “Crimes de farada”, o jornal mostrou os dramas dos familiares das centenas de mortos e de 37 pessoas desaparecidas após abordagem policial. Casos investigados pela Comissão de Defesa da Cidadania.